

PA-PE-PI, ANÁLISE DE PROGRAMAS DE ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS EM ESTADOS SELECIONADOS

Erinaldo Ferreira do Carmo¹

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8983-1980>

E-mail: erinaldo.fcarmo@ufpe.br

RESUMO

Este trabalho traz uma observação atenta sobre os resultados dos programas de alfabetização na idade certa em três Estados selecionados: Pará, Pernambuco e Piauí. A alfabetização é uma formação de suma importância para a integração social e o desenvolvimento da criança. Nesse sentido, o presente estudo procurou identificar as políticas públicas educacionais propostas pelos Estados selecionados e os resultados alcançados. Metodologicamente, a pesquisa adotou a análise documental e o estudo comparado dos marcos legais, para acompanhamento das políticas públicas de cada ente federado. A partir da observação comparativa dos programas de alfabetização dos Estados, conclui-se que, ainda que os Estados adotem políticas semelhantes, os resultados alcançados são diferentes, e a situação econômica do município, bem como a sua localização geográfica, não é condição definidora do desempenho na alfabetização.

Palavras-chave: Alfabetização; Políticas educacionais; Formação de professores.

PA-PE-PI, ANALYSIS OF CHILDREN'S LITERACY PROGRAMS IN SELECTED STATES

ABSTRACT

This work brings a careful observation of literacy programs at the appropriate age in three selected states: Pará, Pernambuco and Piauí. Literacy is a formation of utmost importance for social integration and the development of the child. In this sense, the present study sought to identify the public educational policies proposed by the selected states and the results achieved. Methodologically, the research adopted document analysis and a comparative study of legal frameworks to monitor the public policies of each federative entity. Based on the comparative observation of the states'

¹ Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco; professor de Sociologia do Colégio de Aplicação da UFPE; professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPE. Recife, Pernambuco, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8983-1980>. E-mail: erinaldo.fcarmo@ufpe.br.

literacy programs, it is concluded that, although the states adopt similar policies, the results are different, and the geographical location and the economic condition of the municipality are not determining factors in literacy performance.

Keywords: Literacy; Educational policies; Teacher training.

PA-PE-PI, ANÁLISIS DE LOS PROGRAMAS DE ALFABETIZACIÓN INFANTIL EN ESTADOS SELECCIONADOS

RESUMEN

Este trabajo presenta una observación atenta sobre los programas de alfabetización en la edad adecuada en tres estados seleccionados: Pará, Pernambuco y Piauí. La alfabetización es una formación de suma importancia para la integración social y el desarrollo del niño. En este sentido, el presente estudio procuró identificar las políticas públicas educativas propuestas por los estados seleccionados y los resultados alcanzados. Metodológicamente, la investigación adoptó el análisis documental y el estudio comparado de los marcos legales, para el seguimiento de las políticas públicas de cada ente federado. A partir de la observación comparativa de los programas de alfabetización de los Estados, se concluye que, aunque los estados adopten políticas semejantes, los resultados son diferentes, y la ubicación geográfica y la condición económica del municipio no son determinantes del desempeño en la alfabetización.

Palabras clave: Alfabetización; Políticas educativas; Formación de profesores.

INTRODUÇÃO

Sendo a alfabetização o meio pelo qual os indivíduos adquirem as habilidades básicas de escrita e leitura, que lhes permitem acessar informações, comunicar-se e participar plenamente da sociedade, torna-se imperativo que a sua oferta escolar ocorra na idade certa, na fase inicial da formação estudantil, assim permitindo à criança o seu desenvolvimento escolar com inclusão social.

A alfabetização é pensada aqui como uma formação que vai além das habilidades básicas do letramento, alcançando o seu sentido mais amplo, como definem Araújo, Adão e Modesto (2024), sendo elevada aos usos sociais da leitura e da escrita em diferentes áreas da vida, como no engajamento cívico, no desenvolvimento do conhecimento e na interação com diferentes práticas culturais.

Ao desenvolver as habilidades da leitura e da escrita para a compreensão social de forma crítica, o indivíduo se torna capaz de diferenciar e interpretar textos, expressar seus pensamentos de forma clara, coerente e crítica, analisar informações, argumentar e tomar decisões com autonomia. Essas competências são essenciais na

formação de cidadãos engajados, que possam participar ativamente na sociedade, contribuindo para a sua transformação.

Por isso se faz necessário declarar a relevância dessa etapa formativa, como espaço inicial de socialização formal e aprendizagens dos códigos educacionais. Como campo de abrangência interdisciplinar de formação humanizada, a alfabetização se consolida como um amplo processo de interação social e desenvolvimento humano que vai promover efeitos ao longo da vida do indivíduo alfabetizado, não apenas em sua capacidade de codificação e decodificação da produção e da leitura de textos escritos, mas também em sua capacidade de saber e fazer, porque ela se dá em congruência com os diversos processos de subjetivação do próprio sujeito leitor e escritor. (Machado, Lopes e Santana, 2022).

Nesse sentido, compreendendo essa etapa da formação escolar como algo crucial à formação humana do sujeito, este trabalho procura analisar os programas de alfabetização na idade certa em três estados específicos.

A justificativa para a escolha dos estados se deu pelos laços afetivos e profissionais do autor com essas unidades federadas, nas quais atuou, direta ou indiretamente, em alguns anos das últimas décadas, em atividades docentes e técnicas na formação continuada de professores e gestores educacionais.

A metodologia adotada foi a análise documental e o estudo comparado dos marcos legais, para o acompanhamento das políticas públicas de cada ente federado. No método comparativo, os espaços e os tempos instituídos e delimitados pelos documentos são elementos essenciais da pesquisa. Ao elegermos os fundamentos, as áreas e os procedimentos, tratamos de analisar as diferenças e as semelhanças, de explorá-las ao máximo para descobrir como se expressam, de rastrear os conteúdos das informações no contexto em que estão apresentadas, de contextualizá-las, isto é, de estabelecer relações com as distintas situações. (Silva, 2016).

A ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

O processo de alfabetização, na contemporaneidade, não se limita a operar autonomamente o sistema de escrita alfabética, não se restringe a saber ler, compreender e produzir textos, mas implica, também, a apropriação desses

conhecimentos para mediar as relações e ampliar as habilidades. Nesse sentido, o desafio da alfabetização, numa perspectiva para o letramento, é promover o saber e o uso desse saber. Desse modo, como aponta Caldeira (2026), o sujeito aprendente, num processo gradativo e concomitante, pode dominar a base alfabética de escrita e se apropriar da linguagem presente nos gêneros e tipos textuais. E isso o ajudará em sua vida social e na sua formação cidadã.

Além das habilidades operacionais e sociais expostas acima, no estudo da alfabetização é preciso considerar, ainda, os efeitos da pandemia, que perduram até o momento presente, a formação digital, a formação dos alfabetizadores e a construção do currículo. Isso será tratado agora nos próximos parágrafos.

Para analisar os processos de alfabetização hoje, é necessário considerar que essas crianças foram afetadas em sua formação inicial, devido ao longo período de isolamento social. Nesse período, o país retrocedeu na cobertura educacional dos estudantes e, em particular, das crianças, o que representou um recuo nos indicadores elaborados a partir de avaliações em larga escala.

Ainda sobre a pandemia da Covid-19, pesquisadores (Carmo e Leandro 2023; Soares e Silva, 2023) identificaram que o uso do tempo foi drasticamente comprometido pelo novo formato de trabalho docente, interferindo negativamente em sua qualidade de vida. Essa realidade foi ainda mais prejudicial às mulheres que executam outras tarefas em casa, associando o exercício da docência às atribuições domésticas, como varrer, cozinhar e cuidar das crianças. A pandemia revelou uma grave precarização do trabalho docente. Isso permitiu confundir a casa com a própria escola, alterando substancialmente as dinâmicas familiares. Portanto, a pandemia interferiu negativamente na formação do discente e na atuação do docente.

No que diz respeito à formação digital, como sinaliza Frade (2022), para uma criança em processo inicial de aprendizagem da escrita, antes bastava a ela conhecer os modos de funcionamento do sistema alfabético e ortográfico da escrita, os usos dos textos e ter alguma destreza para registrar marcas no papel. Atualmente tornou-se imprescindível avançar gradualmente nas estruturas de outros sistemas. O que há de ineditismo na cultura digital é que ela possibilita transmitir imagens, gravar áudios, ditar textos a serem escritos e até mesmo desenhar, o que configura, em um mesmo

suporte, possibilidades de escolhas de modos que não estavam disponíveis concomitantemente em outros tipos de suporte na era pré-digital.

O desafio na alfabetização, nesse novo contexto, é o trânsito entre diversas possibilidades postas pela cultura digital, que também deve ser considerada a partir da convivência com o lápis e o papel. Outro grande desafio, hoje, é pensar como a relação entre oral e escrito repercute nos gestos e nos comportamentos necessários para quem começa a ler e escrever no tempo das tecnologias digitais. (Frade, 2022, p. 67).

Em relação à construção do currículo, essa é uma questão abrangente e complexa, porque dialoga com a demanda dos conteúdos de cada componente curricular e a realidade da escola, dos alunos e dos alfabetizadores. Os professores lidam diariamente com condições adversas dentro e fora da sala de aula, em sua prática que se relaciona com a realidade de cada comunidade escolar, com fatores endógenos e exógenos que interferem na atuação e na qualidade do trabalho da alfabetização. Isso permite uma crítica às políticas que tentam uniformizar as ações educacionais, sem considerar as realidades locais na elaboração do currículo.

Nesse processo, o currículo emerge como ferramenta fundamental, já que por meio dele é possível garantir efeitos duradouros na vida das pessoas. Considero o currículo como um espaço em que poder e saber se articulam, visando o controle de determinadas etapas da vida. Por meio do currículo, visa-se a produção de um determinado tipo de sujeito. (Caldeira, 2026, p. 177).

Essa interpretação permite que façamos uma leitura crítica da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, enquanto documento oficial que serve de referência na elaboração do currículo e que pressupõe a formação de um tipo de sujeito uniforme, bem como pressupõe uma possível homogeneidade atribuída aos percursos escolares, partindo do princípio de que todas as crianças estão imersas em contextos da cultura escrita e têm acesso à educação infantil.

Como ressaltam Machado, Lopes e Santana (2022), ao relegar a apropriação dos conhecimentos linguísticos e a ortografização aos três anos seguintes à alfabetização, a Base define para os dois anos do ciclo da alfabetização apenas a apropriação das formas da língua, relegando a segundo plano o seu uso efetivo nas práticas sociais, onde a leitura, a escrita e a oralidade se fazem presentes. Para os autores,

O processo de alfabetização, necessariamente, se constrói a partir de experiências contextualizadas, demandadas pelos processos mais diversos

de interação humana e derivadas de práticas de linguagem não redutíveis à noção de transposição de códigos. (Machado, Lopes e Santana, 2022, p. 77).

Ainda, não se pode pensar a alfabetização dos infantes sem refletir sobre o complexo processo formativo do professor alfabetizador. Caldeira (2026) nos lembra que essa formação exige uma preparação abrangente, que envolve conhecimentos psicológicos, psicolinguísticos, sociolinguísticos e todos os condicionantes (sociais, culturais, políticos) do processo de alfabetização, que leve o professor a saber operacionalizar métodos e procedimentos, elaborar e usar adequadamente os materiais didáticos e, sobretudo, que possa “assumir uma postura política diante das implicações ideológicas do significado e do papel atribuído à alfabetização.” (Caldeira, 2026, p. 28).

POLÍTICAS RECENTES E PASSAGEIRAS

Os programas de alfabetização são marcados pela descontinuidade e por seu caráter efêmero. Vasconcelos, Mendes e Lins (2019), em suas pesquisas atestaram o sentido provisório das políticas educacionais voltadas à alfabetização, interrompendo ações antes mesmo de avaliar os seus resultados e trazendo prejuízos no campo de formação de professores. Esses programas constituem políticas de governo, não de estado. Foi assim, por exemplo, com as medidas governamentais de formação continuada de professores alfabetizadores, como demonstram aqui os exemplos seguintes:

Considerando apenas as políticas deste século XXI, começamos com o Programa de Formação de Alfabetizadores - PROFA, criado no ano de 2000 a partir de uma rede de educadores de todo o país. O PROFA primava pelo desenvolvimento de novos encaminhamentos didáticos no âmbito das práticas de ensino da leitura e da escrita, visando a formação do cidadão letrado, crítico, reflexivo e autônomo. O programa teve como fundamento a corrente teórica da psicogênese da língua (publicada por Emília Ferreiro e Ana Teberosky em 1985).

O grande desafio proposto pelo PROFA foi compreender como se pode alfabetizar crianças e adultos para que venham a assumir a condição de cidadãos da cultura letrada. Nesse sentido, o PROFA foi criado não só para atender aos professores que atuavam nas séries iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) das

escolas públicas, bem como para contemplar os professores da educação infantil e da Educação de Jovens e Adultos - EJA. A formação se dava por meio da atuação de professores multiplicadores que se valiam de material (guia de formação) disponibilizado pelo Ministério da Educação - MEC.

No ano de 2004 o MEC criou a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica, sendo esse um programa desenvolvido com a colaboração das universidades públicas e que objetivava o aprimoramento das práticas pedagógicas. O programa tinha como meta proporcionar a formação continuada de docentes das redes públicas de ensino, assim contribuindo à qualidade da educação e ao aprimoramento intelectual dos docentes, considerando suas práticas sociais, culturais e cognitivas.

Em 2006 foi criado o Pró-Letramento, um programa do MEC voltado à formação continuada de professores para a melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura, da escrita e do letramento matemático nos anos ou séries iniciais do ensino fundamental. O programa, também realizado em parceria com as universidades, atendia aos estados e municípios na formação de professores que estivessem em exercício nos anos iniciais do ensino fundamental das escolas públicas.

No ano de 2012 foi então lançado o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC, como um acordo formal assumido pelos governos federal, estaduais e municipais para alfabetizar as crianças até, no máximo, oito anos de idade, ao final do ciclo de alfabetização. O PNAIC tinha como propósito apoiar os professores que atuavam na alfabetização, orientando no planejamento das aulas e no emprego, de modo articulado, dos materiais e das referências curriculares e pedagógicas ofertadas pelo MEC. A constatação de que crianças estavam chegando ao terceiro ano do ensino fundamental sem saber ler e escrever resultou nessa política emergencial que, de fato, tinha como meta central a alfabetização das crianças até os oito anos de idade.²

Em 2018 teve início o Mais Alfabetização, um programa de iniciativa do MEC objetivando o apoio e o fortalecimento das escolas no processo de alfabetização. O programa visava a garantia da alfabetização a todas as crianças até o final do segundo

² Em 2017 a BNCC reduziu em um ano o ciclo de alfabetização, que passou a ser de dois anos, quando a criança tem, no máximo, sete anos de idade.

ano do ensino fundamental, com foco na recuperação de aprendizagens, oferecendo o apoio técnico, materiais didáticos e estratégias para melhorar a infraestrutura das escolas e a qualidade da educação.

Mais recentemente, o governo federal instituiu o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, por meio do Decreto nº 11.556/2023, ofertando o apoio de natureza supletiva e redistributiva da União às secretarias estaduais e municipais de educação. Por meio de assistência técnica e financeira do governo federal, os entes federativos que aderirem ao programa precisam elaborar e consolidar suas respectivas políticas de alfabetização, a partir de orientações gerais elaboradas pelo MEC, observado o disposto no artigo 211 da Constituição Federal.

O citado artigo estabelece que a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios organizarão os seus sistemas de ensino em regime de colaboração. A União é responsável por organizar o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiar as instituições públicas federais e exercer função redistributiva e supletiva, garantindo equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade por meio de assistência técnica e financeira aos demais entes federativos (§ 1º). Já os municípios atuam prioritariamente na educação infantil e no ensino fundamental (§ 2º), enquanto os estados e o Distrito Federal têm prioridade nos ensinos fundamental e médio (§ 3º). A colaboração entre os entes deve assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório.

PROGRAMAS ESTADUAIS DE ALFABETIZAÇÃO

O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada apresenta como o seu primeiro objetivo a implementação de políticas, programas e ações para que as crianças estejam alfabetizadas ao final do segundo ano do ensino fundamental. Além do documento federal, que oficializa o esforço nacional pela alfabetização na idade certa e normaliza as ações gerais, cada estado da federação também instituiu um programa próprio, de abrangência estadual, atendendo aos municípios que aderirem à política. Na sequência serão apresentados os programas correspondentes dos três entes federados selecionados para este estudo.

Alfabetiza Pará - Programa de Alfabetização na idade certa

Por meio da Lei nº 9.867/2023, o governo do Estado do Pará criou o Programa Alfabetiza Pará, uma política pública em regime de colaboração com os municípios para a alfabetização das crianças, tendo como principal objetivo garantir que todas sejam alfabetizadas na idade certa, ou seja, até o final do segundo ano do ensino fundamental.

Os resultados recentes do programa, divulgados no ano de 2025 pelo Sistema Paraense de Avaliação Educacional - SisPAE, apontam que o Estado ampliou o percentual de crianças alfabetizadas na idade certa. Em 2024 o índice era de 48% e em 2025 passou para 58%. O SisPAE mede o desempenho de estudantes da rede pública estadual e municipal em alfabetização em Língua Portuguesa e Matemática, com foco no segundo ano do ensino fundamental.³

Entretanto os desafios estruturais e culturais persistem em um Estado tão amplo geograficamente e com enormes barreiras naturais. Quaresma e Braga (2018) já citavam na década passada o grande desafio na alfabetização da população que habita as regiões ribeirinhas e mais afastadas dos centros, sendo necessária a existência de políticas educacionais direcionadas a esse público especificamente, na busca por uma educação inclusiva e de qualidade.

Outra barreira, apresentada por Monteiro, Vale e Pinheiro (2026), diz respeito à resistência observada por eles entre os profissionais alfabetizadores, em relação às novas metodologias. Perceberam os autores que os docentes entrevistados deixaram nítida a dificuldade de adaptação às práticas apresentadas nos cursos de formação continuada.

Criança Alfabetizada

O Programa Criança Alfabetizada, do governo de Pernambuco, é uma iniciativa que visa a garantia da alfabetização às crianças até os sete anos de idade, fortalecendo a colaboração com os municípios para promover a alfabetização na idade certa.

³ Fonte: Secretaria de Educação do Estado do Pará.
<https://www.seduc.pa.gov.br/noticia/13297-estado-estabelece-objetivos-de-alfabetizacao-para-rede-estadual-e-municipais-ate-2030>

De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, o Estado obteve uma boa colocação na série histórica de alfabetização: em 2021 ocupava a 16ª posição e subiu para a 9ª colocação em 2023, figurando entre os dez maiores percentuais do Brasil, elevando para 59% o quantitativo de estudantes alfabetizados na idade certa. Em 2024 a taxa subiu para 60,7%, acima da média nacional, que foi de 59,2%.⁴

Em suas pesquisas sobre o programa de alfabetização em Pernambuco, Vitor, Macedo e Almeida (2024) perceberam que os professores participantes dos seus estudos se preocupavam em avaliar os seus alunos quanto ao nível de escrita em que se encontravam, à fluência na leitura, à interpretação e compreensão do que liam, desenvolvendo a avaliação diagnóstica de forma individualizada, buscando conhecer as particularidades dos seus alunos para que pudessem traçar estratégias específicas e realizar as intervenções necessárias à construção das aprendizagens. Observaram, ainda, que a preocupação em agrupar os alunos quanto ao nível de escrita não era só dos docentes, mas também das redes de ensino ao traçarem essa estratégia de organização dos estudantes para serem alfabetizados.

Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa

Criado em maio de 2021 pelo governo do Piauí, com o objetivo de garantir que todos os alunos concluam o segundo ano do ensino fundamental com o domínio das competências de leitura, escrita e letramento matemático, o Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa - PPAIC funciona em regime de colaboração com os municípios para o fortalecimento da educação infantil. Todos os 224 municípios do Estado aderiram ao Programa, totalizando 2.734 escolas e beneficiando mais de 211 mil estudantes.

O Programa também realiza seminários regulares de boas práticas para o aperfeiçoamento da política e a troca de experiências entre os docentes e entre os gestores, além do monitoramento das ações. Os seminários do PPAIC,

⁴ Fonte: Secretaria de Educação e Esportes do Estado de Pernambuco.
<https://portal.educacao.pe.gov.br/pernambuco-supera-media-nacional-em-alfabetizacao-e-fica-entre-os-dez-estados-com-a-melhor-colocacao-na-serie-historica/>

estão relacionados com os objetivos de desenvolvimento sustentável, da agenda da Organização das Nações Unidas, no sentido de garantir uma educação de qualidade para os brasileiros. A realização dos seminários municipais, regionais e estadual de boas práticas do PPAIC, tem por intuito a troca de experiências exitosas, no campo dos dirigentes municipais de educação, gestores escolares, professores do ciclo de alfabetização e da educação infantil. (Oliveira *et al*, 2025, p. 3)

O Programa ainda colabora com a formação continuada de professores e gestores. No período de 2021 a 2025, mais de 14.700 professores do ciclo de alfabetização e da educação infantil foram contemplados com cursos de formação.⁵

ESTUDO COMPARATIVO

Observamos, de início, a similaridade entre os programas de alfabetização instituídos por cada uma das unidades da federação. Além da semelhança entre os documentos legais, as ações propostas também são idênticas.

Quadro 1: Programas estaduais de alfabetização

Crítérios	PA	PE	PI
Amparo legal	Lei nº 9.886/2023	Lei nº 16.617/2019	Lei nº 7.453/2021 e Decreto nº 20.279/2021
Nome do Programa	Alfabetiza Pará	Criança Alfabetizada	Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa - PPAIC
Secretaria responsável	Secretaria de Estado de Educação - SECUC-PA	Secretaria de Educação e Esportes do Estado - SEE-PE	Secretaria de Estado de Educação - SECUC-PI
Anos / Séries	1º e 2º Podendo ser estendido	1º e 2º	1º e 2º
Regime de colaboração (Estado e municípios)	Sim	Sim	Sim
Cooperação técnica, pedagógica e financeira	Sim	Sim	Sim
Formação de equipe técnica, professores e gestores escolares	Sim	Sim	Sim

⁵ Fonte: Secretaria de Educação do Estado do Piauí.

<https://seduc.pi.gov.br/noticias/noticia/12185/programa-piauiense-de-alfabetizacao-na-idade-certa-fortalece-educacao-infantil-e-projeta-alcancar-80-das-criancas-da-rede-publica-piauiense>

Sistema de avaliação e monitoramento	SisPAE	SAEPE	SAEPI
Pagamento de prêmios e bolsas	Sim	Sim	Sim Lei nº 8.018/2023

Fonte: Legislações estaduais. Elaboração do autor

Ainda que os estados tenham adotado políticas semelhantes e processos idênticos de intervenção, avaliação, pagamento de bolsas aos servidores e premiação em dinheiro às escolas, os resultados observados são muito distintos. Como demonstrado na tabela 1, com a verificação do desempenho dos estudantes, de um ano para o outro, ao final do ciclo de alfabetização, cada estado teve alcances diferentes.

Tabela 1: Desempenho na alfabetização (Rede pública 2023-2024)

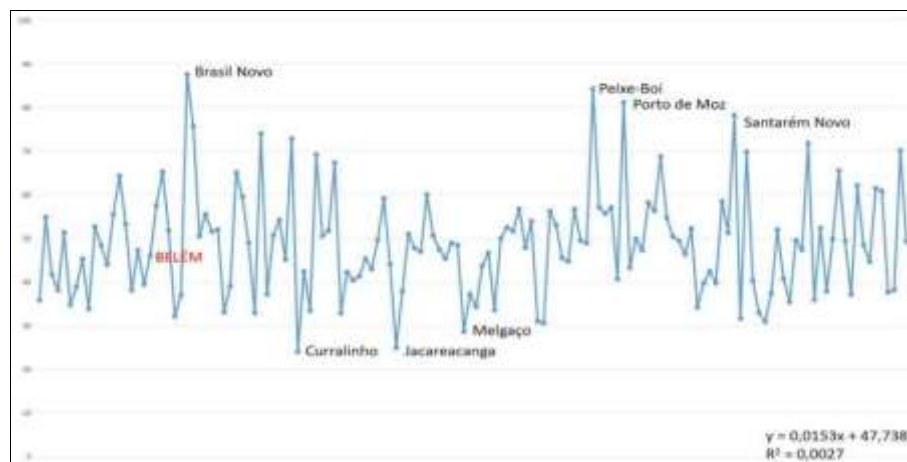
UF	Alunos alfabetizados (2023)	Alunos alfabetizados (2024)	Meta
PA	48,4%	48,2%	53,6%
PE	59%	60,79%	62,4%
PI	52,48%	59,82%	57%
BRA	54,32%	56,8%	

Fonte: Avaliação da Alfabetização, INEP, 2026.

Mostra a tabela 1 que de um ano para o outro, dentro do espaço temporal observado, o Estado do Pará praticamente manteve o mesmo percentual, com uma pequena variação para baixo; Pernambuco teve uma pequena progressão, porém ainda abaixo da meta prevista para o ano observado; e o Piauí apresenta um elevado crescimento no percentual de alfabetização, considerando os anos observados, ainda superando a meta.

Desempenhos municipais

Aqui é apresentada a posição dos municípios. Nos gráficos seguintes visualizamos os desempenhos mais elevados, bem como os desempenhos bem abaixo da média. São citados os municípios com os casos mais extremos, por serem pontos fora da curva.

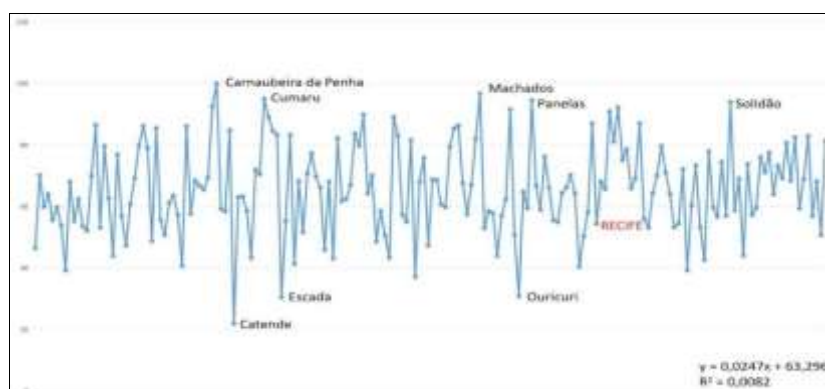
Gráfico 1. Alfabetização, Estado do Pará

Fonte: Avaliação da Alfabetização, INEP, 2026.

No Estado do Pará os destaques positivos são os municípios Brasil Novo (87,6% dos estudantes alfabetizados), Peixe-Boi (84,3%), Porto de Moz (81,1%) e Santarém Novo (78,2%).

A capital, Belém, alcançou apenas 46% das crianças com a alfabetização na idade certa, ficando abaixo da média nacional, assim como os grandes municípios do Estado: Ananindeua 52,7; Santarém 51,2%; Marabá 50,6%; e Parauapebas 49,4%.

Os destaques negativos são os municípios que atingiram percentuais extremamente baixos na alfabetização dos seus estudantes ao final do ciclo de alfabetização: Curralinho, 24%; Jacareacanga, 24,9%; Melgaço, 28,6%; Oriximiná, 30,6%; e São Félix do Xingu, 30,9%.

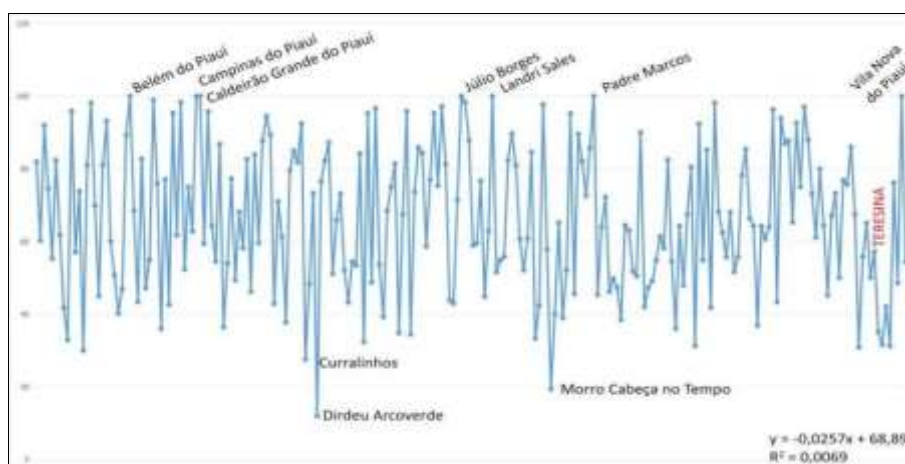
Gráfico 2: Alfabetização, Estado de Pernambuco

Fonte: Avaliação da Alfabetização, INEP, 2026.

No Estado de Pernambuco os destaques positivos são os municípios Carnaubeira da Penha (100%), Machados (96,7%), Cumaru (95%), Panelas (94,5%), Solidão (93,9%), Carnaíba (92,5%), Salgadinho (92,1%), Orobó (91,5%) e Rio Formoso (90,9%).

A capital e outros grandes municípios apresentaram resultados medianos: Recife, 54,3%; Jaboatão dos Guararapes, 54,9%; Caruaru, 58,3%; Olinda, 62,2%; e Petrolina, 70,2%. Os destaques negativos são os municípios de Catende, 21,8%; Curralinho, 24%; Escada, 30,4%; e Ouricuri, 30,7%.

Gráfico 3: Alfabetização, Estado do Piauí



Fonte: Avaliação da Alfabetização, INEP, 2026.

No Estado do Piauí os destaques são os municípios Belém do Piauí, Caldeirão Grande do Piauí, Campinas do Piauí, Júlio Borges, Landri Sales, Padre Marcos e Vila Nova do Piauí, todos alcançando 100% de alfabetização das crianças ao final do segundo ano do ensino fundamental, no ano de 2024. A capital, assim como os demais municípios maiores, não tiveram percentuais tão expressivos. Teresina atingiu 57,2% das crianças alfabetizadas e Parnaíba apenas 38,4%.

Chama a atenção, no caso do Piauí, o fato da maior parte dos municípios apresentar posição na faixa superior do gráfico (80-100), representando o maior conjunto de municípios com elevado percentual de crianças alfabetizadas.

Nos três casos analisados, os municípios com bom ou excelente desempenho na alfabetização das suas crianças não estão aglomerados, e sim em localizações

separadas, indicando que não há cooperação entre eles, pois as ações positivas não são acompanhadas pelos outros municípios do entorno.

Vale a pena pontuar que os municípios constituem a instância mais frágil do modelo de federalismo brasileiro. Nessa realidade, cada unidade administrativa territorial atua, geralmente, de forma isolada, replicando políticas gerais e de planejamentos exógenos. Isso ocorre devido ao modelo de aproximação hierárquica, causada pelas dependências financeira e política, e que, conseqüentemente, não aproxima os entes de mesmo nível territorial entre si (Carmo, 2019).

O Indicador de alfabetização

Esses percentuais de estudantes alfabetizados ao final do ciclo de alfabetização, como os vistos no tópico anterior, constituem o Indicador Criança Alfabetizada, que é um instrumento utilizado pelo INEP para monitorar a alfabetização dos estudantes matriculados no segundo ano do ensino fundamental nas escolas públicas do país.

De acordo com o Indicador, no ano de 2024 o Brasil atingiu 59,2% das crianças alfabetizadas na idade certa, um aumento em relação ao ano anterior, 2023, quando esse resultado foi de 56%.

O Indicador é calculado com base em avaliações realizadas pelos estados e estabelece critérios para definir a alfabetização, que incluem habilidades de leitura e escrita. As avaliações da alfabetização são conduzidas pelos sistemas estaduais, em organização complementar ao Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB.

A avaliação da alfabetização verifica se os estudantes: leem palavras, frases e textos curtos; localizam informações explícitas em textos curtos, como bilhete, crônica e fragmento de conto infantil; e inferem informações em textos que articulam linguagem verbal e não verbal, entre outras habilidades.

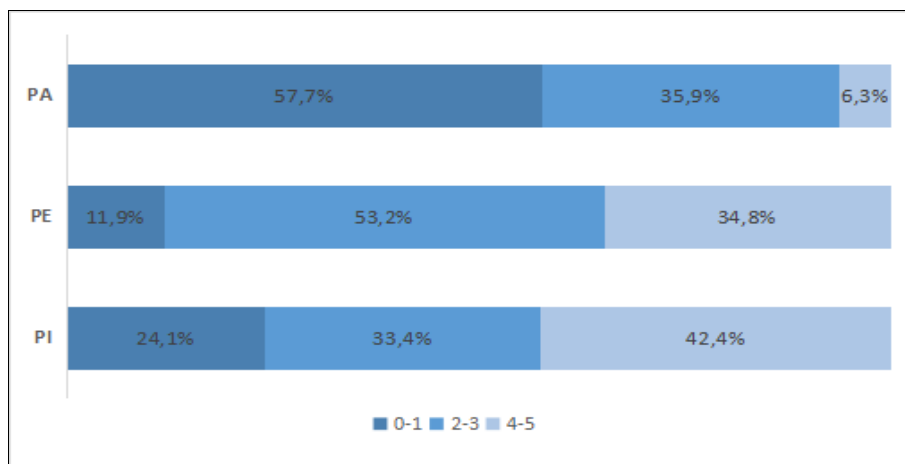
O INEP também calculou metas globais e intermediárias específicas para estados e municípios. Essas metas foram divididas em cinco níveis, como mostra o quadro 2.

Quadro 2: Meta de alfabetização por nível

Nível alcançado pelo município	Percentual de crianças alfabetizadas
Abaixo do nível 1	até 40%
Nível 1	entre 40% e 50%
Nível 2	entre 50% e 60%
Nível 3	entre 60% e 70%
Nível 4	entre 70% e 80%
Nível 5	acima de 80%

Fonte: INEP, 2026.

Considerando o percentual de crianças alfabetizadas na idade certa em cada município, de acordo com os níveis dispostos no quadro 2, temos a visualização dos resultados do ano de 2024 no gráfico 4, no qual se percebe a distribuição das metas entre os três Estados analisados e a constatação de que esses resultados são muito distintos para cada um deles.

Gráfico 4: Meta/Indicador Criança Alfabetizada (por nível)

Fonte: Avaliação da Alfabetização, INEP, 2026.

No gráfico, o maior quantitativo de municípios na parte azul claro é a posição mais desejada, ao passo que o posicionamento na parte azul escuro não é desejável. Nesse cenário, os Estados de Pernambuco e do Piauí têm uma posição de destaque:

o primeiro com o menor quantitativo de municípios (11,9%) nos níveis 0 e 1; o segundo com a maior quantidade de municípios (42,4%) nos níveis 4 e 5.

O posicionamento dos municípios do Estado do Piauí, como apresentado no gráfico 4, corresponde ao resultado apontado no gráfico 3, indicando a maior aglomeração de municípios com avaliação positiva na alfabetização das crianças até os sete anos de idade, correspondente ao segundo ano do ciclo de alfabetização no ensino fundamental.

No entanto, é importante o registro de que os três Estados atingiram a meta proposta pelo MEC para 2023, que foi de que cada estado da federação alcançasse ou superasse o resultado obtido no período pré-pandemia. Ao todo, 19 deles atingiram o objetivo, dentre eles, os Estados do Pará, de Pernambuco e do Piauí.

CONCLUSÃO

Ao final deste estudo comparado, ficam explícitas três constatações: a primeira é que, ainda que os estados adotem políticas semelhantes, cada um apresenta resultados distintos, pois as realidades são diversas; a segunda é que a condição econômica e a localização geográfica dos municípios não são fatores definidores do desempenho no processo de alfabetização; e a terceira é que essa fase elementar do ensino é penalizada com o baixo nível de cooperação entre os municípios vizinhos, mesmo os conurbados, indicando a falta de ações colaborativas e de associação de esforços.

Esses resultados aqui observados, contrariam os argumentos de que o principal critério de desempenho da alfabetização seja a condição financeira do ente federado. Como descrito por Frade (2022), pesquisas anteriores que confrontaram os índices de alfabetização com as atividades de trabalho nos municípios, indicavam que, quanto menos o município tivesse sua economia baseada em atividades agrícolas, pecuárias e extrativistas e quanto mais dependesse economicamente da indústria, do comércio e dos serviços, maiores as chances de ter a sua população alfabetizada.

Ficou evidente que a economia não é fator determinante, sem desmerecer a sua importância, afinal de contas não se faz política pública sem recursos. Porém os gráficos 1, 2 e 3 mostram que não é a riqueza do município ou a sua localização

geográfica, ou ainda o fato de ser mais urbano, o que eleva a taxa de alfabetização das crianças. As capitais e grandes cidades desses estados observados, por exemplo, não são destacadas no desempenho da alfabetização.

Também se mostra evidente que os municípios atuam individualmente. Mesmo entre os municípios próximos e em condições econômicas relativamente similares, são perceptíveis os resultados diferenciados, de forma que o êxito na ação de um não é apropriado pelo outro.

Para finalizar, cabe aqui uma recomendação aos burocratas gestores das políticas educacionais voltadas à alfabetização: a partir da interpretação dos resultados apresentados, espera-se que a cooperação horizontalizada entre as escolas e as secretarias municipais de educação seja uma ação adotada para a multiplicação dos bons resultados.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, E. J.; ADAO, J. M.; MODESTO, J. G. Letramento e alfabetização: entendimentos e implicações educacionais. **Educação e Realidade**, v. 49, 2024. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-31432024000100237&lng=pt&nrm=iso. acessos em 19 mar. 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 mar. 2026.

CALDEIRA, M. C. S. Dispositivo de antecipação da alfabetização e políticas curriculares contemporâneas: governando crianças e docentes. **Linguagens, Educação e Sociedade**, n. 43, 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/1095>. Acesso em: 18 mar. 2026.

CARMO, E. F. Federalismo e Políticas Públicas Educacionais. **Espaço Público**, v. 3, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politicaspublicas/article/view/240107>. Acesso em 18 mar. 2026.

CARMO, E. F.; LEANDRO, D. C. Cronologia da resiliência: enfrentamentos aos desafios da pandemia da Covid-19 sobre a prática educacional no Colégio de Aplicação da UFPE. **Espaço Público**, v. 8, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politicaspublicas/article/view/258561>. Acesso em 18 mar. 2026.

FRADE, I. C. A. S. Um olhar sobre processos e desafios históricos e contemporâneos da alfabetização. **Revista Brasileira de Alfabetização**, n. 16, 2022. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/591>. Acesso em: 17 mar. 2026.

MACHADO, M. L. C. A.; LOPES, P. S. V. C.; SANTANA, A. P. Os sentidos da alfabetização na BNCC: leituras a partir da perspectiva enunciativa-discursiva de linguagem. **Linguagens, Educação e Sociedade**, v. 26, n. 52, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/2989>. Acesso em: 18 mar. 2026.

MONTEIRO, I. G. S.; VALE, R. S. G.; PINHEIRO, S. S. M. O Programa Alfabetiza Pará: contribuições para a prática pedagógica docente. **Revista DCS**, v. 23, n. 88, 2026. Disponível em: <https://ojs.revistadcs.com/index.php/revista/article/view/4953>. Acesso em: 16 mar. 2026.

OLIVEIRA, G. F.; BRITO, M. Z.; CURVINA, E. J. S.; BARBOSA, R. O.; LIMA, C. J. S.; SOARES, Y. R. S. OS Seminários de boas práticas do programa piauiense de alfabetização na idade certa como forma de promoção de uma educação de qualidade e equidade, na Educação Infantil e ciclo de alfabetização. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 3, 2025. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/18314>. Acesso em: 17 mar. 2026.

QUARESMA, L. C. A.; BRAGA, W. S. A alfabetização de crianças ribeirinhas. **Linha Mestra**, n. 36, 2018. Disponível em: <https://lm.alb.org.br/index.php/lm/article/view/242>. Acesso em 15 mar. 2026.

SILVA, F. C. T. Estudos comparados como método de pesquisa: a escrita de uma história curricular por documentos curriculares. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 64, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/5YDbJGbdWRkkTr8bDhvZnBh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 19 mar. 2026.

SOARES, A. M. F.; SILVA, I. F. Desafios dos docentes de ciências no contexto da Covid-19. **Epistemologia e Práxis Educativa - EPeduc**, v. 6, n. 3, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/epeduc/article/view/4167>. Acesso em: 19 mar. 2026.

VASCOCELOS, M. D. V.; MENDES, S. A. O.; LINS, C. P. A. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: a formação continuada e o processo de didatização em língua. **Linguagens, Educação e Sociedade**, n. 43, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/1098>. Acesso em: 18 mar. 2026.

VITOR, K. K. S.; MACEDO, M. S. A. N.; ALMEIDA, A. C. Alfabetização e heterogeneidade: discursos docentes sobre estratégias didáticas na volta ao ensino presencial. **Debates em Educação**, v. 16, n. 38, 2024. Disponível em: <https://ufal.emnuvens.com.br/debateseducacao/article/view/18013>. Acesso em: 16 mar. 2026.